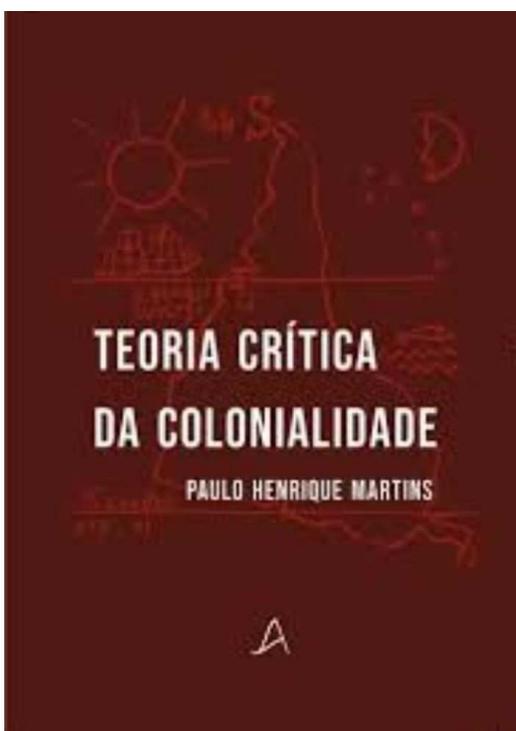


Por um pensamento crítico transnacional, por uma teoria crítica da colonialidade

RESENHA:

MARTINS, Paulo Henrique. *Teoria Crítica da Colonialidade*.
Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019, 330 p.

SILMÁRIA REIS DOS SANTOS*



Dado o aumento significativo das discussões atuais em torno do pensamento pós-colonial, dos estudos subalternos, da proposta de epistemologias sul e do pensamento decolonial, o livro *Teoria Crítica da Colonialidade*, do sociólogo e professor titular da Universidade Federal de Pernambuco Paulo Henrique Martins, é

uma obra precisa para a compreensão do debate sobre a colonialidade.

O livro aqui apresentado foi publicado em 2019 pela editora Ateliê das Humanidades e lançado no congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), no qual P. Martins foi presidente desta associação (2011-2013). A obra traz uma densa reflexão das suas das análises e produções teóricas ao longo de sua carreira.

A *Teoria Crítica da Colonialidade* (TCC), título do livro e teoria defendida pelo autor, trata de um programa de pesquisa sociológica que considera a unidade ontológica das diversas experiências intelectuais, de diferentes conjunturas e épocas que aderem/aderiram um sentimento libertário e anticolonial compartilhado, necessário para se fazer a crítica geral ao neoliberalismo (MARTINS, 2019). Nesse sentido, o autor unifica as possíveis contribuições dessas diferentes correntes de pensamento surgidas em prol desse sentimento, como as críticas pós-coloniais e a teoria crítica social europeia, para estruturar a TCC, entretanto, apontado também seus



* SILMÁRIA REIS DOS SANTOS é doutoranda PPGH/UFBA.

limites. No cerne dessa interconexão entre as pesquisas do Norte Global e Sul Global, P. Martins apresenta-nos a TCC como uma teoria emancipatória no auxílio formativo de uma heterotopia universal.

A obra está dividida em três partes intituladas, respectivamente, *Epistemologias pós-coloniais*, *Poder e saber nas sociedades periféricas e Utopias democráticas*, e composta por sete capítulos. A primeira parte é composta pelos três primeiros capítulos, e a segunda e terceira parte compõem dois capítulos, cada. Na introdução, intitulada *A emergência de uma Teoria Crítica da Colonialidade*, o autor apresenta a sua tese sobre a TCC, diferenciando-a das demais propostas pós-coloniais e da vertente antiutilitarista francesa, todavia aproximando-as em alguma medida".

No primeiro capítulo, *Capitalismo colonial e crítica teórica: entre Sul-Global e Norte-Global*, o autor P. Martins adentra a crítica da “teoria social europeia” ao contexto do Pós Segunda Guerra Mundial, onde muitos intelectuais procuraram desconstruir o dogma eurocêntrico, base do racionalismo instrumental. A fenomenologia, o existencialismo, a psicanálise, a linguística, a hermenêutica, diz o autor, foram fundamentais para trazer novas reflexões em torno da ação humana e da subjetividade dos sujeitos, que foram ofuscadas pela meta-narrativa da modernização europeia. As gerações de escolas teóricas no início do século XX, como a Escola de Frankfurt, a vertente do pragmatismo e os Estudos Antiutilitários na França, mesmo intrínsecas a alguns ditames eurocêntricos, também proporcionaram as ciências sociais um novo olhar para com os sujeitos, trazendo complexidade

para análise das transformações sociais. Mas, estas escolas, não foram suficientes para elaborar um pensamento emancipatório que englobassem as necessidades do mundo periférico.

É nesse contexto de negligência dos problemas dos países periféricos causados pelo neoliberalismo, que os “estudos pós-coloniais” avançaram na crítica ao colonialismo e a colonialidade. P. Martins cita, como exemplo, os estudos decoloniais e o colonialismo interno, vertentes de pensamento que fizeram e fazem um trabalho de revisionismo acerca das consequências do colonialismo e da colonialidade no seu âmbito político, econômico, social e cultural. Também enfatiza um debate plural de narrativas, para além do *locus* da modernidade europeia, pensando a partir de outras concepções conceituais que visam caracterizar as experiências do Sul Global, tal como o conceito de “transmodernidade” desenvolvido por Enrique Dussel, que caracteriza o processo moderno dos países periféricos feito dentro e fora da modernidade europeia. Nessa perspectiva, há uma experiência moderna singular própria desses países situados nos continentes africano, asiático e latino-americano. Uma outra abordagem crítica feita pelos pós-coloniais, são os estudos ecológicos e transdisciplinares que reavaliam a epistemologia científica moderna de base cartesiana, colocando em voga tradições, memórias culturais e simbólicas desvalorizadas pelo eurocentrismo.

No que se refere aos limites dessas duas vertentes de pensamento, o autor aponta três situações que as acometem. Em primeiro lugar, na “teoria social europeia”, percebe-se a fidelidade ao dogma iluminista e ao racionalismo científico, centrando suas concepções numa perspectiva unilateral e não

multilateral. Em segundo lugar, há uma dificuldade de romper com a divisão mecânica do trabalho científico, i.e., as relações entre teoria e prática, homem e natureza. Por fim, tem-se a dificuldade de oferecer novas pistas cognitivas para a reconstrução crítica fora do âmbito europeu.

Quanto às limitações dos “estudos pós-coloniais” nos países periféricos, primeiramente, há uma dificuldade de desconstruir os currículos escolares e acadêmicos fora do imaginário eurocêntrico. Em segundo lugar, há dificuldade em estreitar laços com os sistemas de conhecimento não hegemônicos. E por fim, as dificuldades em traçar alianças com diversos campos acadêmicos que dialoguem com teorias anticoloniais de diferentes lugares do globo.

Mas, para além das limitações, a questão principal para o autor é o que intersecciona essas correntes de pensamento? Quais bases são importantes para a articulação da TCC? Em relação a esse diálogo, P. Martins considera três pontos que as unem: primeiro, percebe-se a tentativa desses intelectuais em desmascarar o pragmatismo econômico, relacionado a uma ideologia desenvolvimentista, que só desenvolveu os países ricos. Segundo, essas correntes de pensamento buscam promover a compreensão da vida humana como um todo social, percebendo as ações do neoliberalismo na cultura, na política, na moral e na estética. Por fim, há uma atenção na diversidade de representações sociais visando valorizar a complexidade intersubjetiva dos sujeitos. Logo, parece que essas ações analíticas interconectadas num diálogo global perante as práticas sociais têm dinamizado o campo das ciências humanas e sociais, o que estabelece,

segundo Carlos A. Rojas, um período de “policentrismo historiográfico”, onde não há um centro hegemônico na historiografia mundial (ROJAS, 2006).

No segundo capítulo, *Teoria Crítica da Colonialidade e Colonialismo Interno*, o autor trata da contribuição das reflexões do “Colonialismo Interno” para a TCC e os estudos decoloniais, mesmo estes não atribuindo tanta importância ao debate do Colonialismo Interno, anterior à formação do grupo Modernidade/Colonialidade. Para P. Martins, os decoloniais trouxeram um certo desprestígio às contribuições teóricas anteriores ao estimularem um projeto de ruptura com a teoria social clássica (p. 87-88). Mas, indiretamente, eles ajudaram a valorizar o interesse pelo debate sobre o Colonialismo Interno ao voltar o conhecimento para as práticas ordinárias, ou seja, ao enfatizar o plano prático da vida, algo que aqueles intelectuais já faziam.

No terceiro capítulo, *Narrativa da crise: entre a recolonialidade neoliberal e as versões em disputa*, P. Martins apresenta as diversas reflexões ancoradas na crise da modernidade, tanto pelos intelectuais do norte quanto pelos intelectuais do sul nos seus respectivos contextos históricos e geográficos. O autor trata das “narrativas da crise” e os processos de recolonialidade do neoliberalismo na América Latina e Caribe na atualidade, que proporciona as desigualdades sociais (raça, classe, gênero...), políticas, culturais e econômicas. Para interceptar essa lógica destrutiva, deve-se atentar-se ao jogo das disputas narrativas sobre o poder, saber e o ser, relativas à gestão do patrimônio econômico, tecnológico e ambiental planetário (p. 133), e o modo como os recursos naturais são explorados e distribuídos devem ser em favor da vida, e não o contrário, como vem acontecendo.

Poder e saber nas sociedades periféricas, intitula a segunda parte do livro na qual abrange os capítulos quatro e cinco, respectivamente, *Crítica sociológica do poder oligárquico e Impasses do desenvolvimento, saberes sociológicos e incertezas das sociedades periféricas*. Nesses capítulos, P. Martins descreve os problemas e impasses que reforçaram e reforçam o ideário de colonialidade limitantes da democracia. O primeiro impasse, trabalhado no quarto capítulo, dá-se pela racionalidade oligárquica, i.e., das elites que dominam as instituições públicas e privadas, onde operam por negociações de interesses interpessoais, clientelistas, reprimindo os movimentos de cidadania voltados para o bem comum. Logo, a sociologia precisa aprofundar a desconstrução crítica dos fundamentos do poder oligárquico e patrimonial para revelar os dispositivos e discursos da recolonialidade que contribuem para reproduzir a modernização conservadora que limitam a participação democrática (p. 185).

O outro impasse, descrito no quinto capítulo, diz respeito a lógica desenvolvimentista da segunda metade do século XX que operou no contexto latino-americano. Se a proposta neoliberal naquele período era alavancar a modernização das sociedades periféricas com fins na igualdade, na América Latina não funcionou, pelo contrário, causou ainda mais desigualdades. No entanto, foi também por esse impasse que tornou possível o avanço da crítica pós-colonial.

Para combater esses obstáculos que agravam a vida em sociedade, P. Martins propõe buscar a construção de um novo imaginário estético da modernização que leve em conta as questões simbólicas e afetivas pautadas na produção material e cultural, algo que está no cerne da TCC.

O autor atribui aos “afetos positivos” a base para um espírito associativo (p. 211). Deste modo, no seu entender, a descolonização da modernidade colonial passa pelo âmbito não só das epistemologias, mas também pela intersubjetividade dos sujeitos e pela conexão de diferentes grupos de intelectuais com os movimentos sociais, que lutam pela democracia e igualdade de direitos.

Por fim, a terceira parte do livro intitulado *Utopias democráticas*, subdividido pelos capítulos seis e sete, *Pensando a heterotopia convivialista: território, amor e bem comum e Bien Vivir e democracia pós-colonial: a experiência da Bolívia*, P. Martins apresenta para o(a) leitor(a) uma crítica aos desafios da ampliação da matriz moral moderna acerca da concepção do multiculturalismo político e da temática dos direitos humanos, como contribuições importantes para pensar uma política de bem comum, mas centra-se na apresentação da política do *Bien Vivir*, uma proposta política descentralizada, plurinacional e pós-colonial praticada na América Latina e inspirada na tradição Aymara, na Bolívia. Essa perspectiva política “propõe repensar a vida social a partir de um novo enquadramento da relação entre Homem e Natureza que valoriza as diversidades étnicas” (p. 247). Nesse sentido, o autor aponta os benefícios desse sistema no pluralismo jurídico na autonomia dos povos, sobretudo indígenas, e ressalta a representação simbólica da *Pacha Mama* (Mãe Terra) no respeito à Natureza. Contudo, os desafios desse sistema, segundo o autor, é driblar e conviver com a lógica do capitalismo neoliberal, o que leva o embate político de diferentes setores da sociedade.

P. Martins também cita propostas de heterotopias no contexto europeu, como a de Edgard Morin sobre ética da auto-responsabilidade de cada indivíduo sobre o destino de ser vivo, a partir das contribuições da teoria da complexidade. Na Itália, com os pesquisadores que buscam aprofundar a concepção do Com-Viver. E na França, o Manifesto Convivialista, divulgado em quarenta países, no qual inclui o Brasil. Para P. Martins, estes debates emancipatórios são interligações importantes no diálogo entre teorias do Norte-Global e do Sul-Global.

A busca por um diálogo horizontal e pluriversal é o que caracteriza a tese central do livro, algo que perpassa toda obra de modo repetitivo. P. Martins, ao apontar os limites de cada teoria sociológica, também destaca seus pontos em comum, que podem beneficiar a vida em sociedade e o respeito à natureza. Nesse sentido, sua teoria não diverge de propostas interculturais que já estão no âmbito da historiografia europeia, como a “teoria intercultural” de Jörn Rüsen e a teoria de “ação comunicativa” de J. Habermas, entre outras. Nesse sentido, a TCC, como descreve Ricardo Regatieri, pode ser abarcada dentro de uma “tradição das narrativas sintéticas da sociologia”, assim como dos trabalhos de Parsons, Bourdieu, Giddens (REGATIERI, 2020).

Mas, o que difere P. Martins desses demais autores é que ele traz para o centro de sua discussão o pensamento e propostas do Sul-Global como também centrais na formação de uma heterotopia, que complexifica a crítica às consequências do colonialismo e da colonialidade. Apontar os malefícios do sistema capitalista neoliberal como empecilhos para a TCC, coloca essa teoria como uma nova dimensão para pensarmos a recolonialidade deste

sistema hoje. A obra reflete sobre os nossos problemas atuais acerca das readaptações do capitalismo, sobretudo no campo político, mas visa saídas que podem melhorar a vida em sociedade. Desse modo, pensar uma outra modernidade, na noção do bem comum, implica precisamente o respeito às diferenças, mas também a unificação dos valores humanos para uma proposta global, e uma única vertente de pensamento parece não dar conta dessa agenda. O autor faz uma grande aposta no diálogo entre Norte e Sul Global, é um caminho possível, porém difícil, se considerarmos hoje as hierarquizações na geopolítica do conhecimento na produção do trabalho intelectual e as difíceis intervenções políticas dos movimentos sociais em adquirir recursos. São hierarquias que envolvem diversos marcadores sociais de raça, classe, gênero, etnia etc., muitas vezes conflitantes numa mesma nação. Mas penso que é preciso ter bons horizontes.

Referências

MARTINS, Paulo Henrique. **Teoria Crítica da Colonialidade**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019.

MARTINS, Paulo Henrique; REGATIERI, Ricardo P. **Aula 3: Teoria Crítica da Colonialidade**. Disponível em: <https://youtu.be/GotfzP7luls>. Acesso em: 20 set. 2022.

ROJAS, A. C. Tese sobre o itinerário da historiografia do século 20: uma visão numa perspectiva de longa duração. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos A. Aguirre. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. EDUSC, 2007, p.13-30.

Recebido em 2022-10-01
Publicado em 2022-11-01